

PADRÃO DE ACUMULAÇÃO E PROCESSO DE INFORMALIDADE NA AMÉRICA LATINA CONTEMPORÂNEA: BRASIL E MÉXICO

Maria Cristina Cacciamali¹

Resumo: os objetivos deste artigo são apresentar o conceito *de processo de informalidade* e reinserir o conceito de setor informal no processo de informalidade. A partir dessa etapa aplicam-se os conceitos para analisar as diferentes formas de trabalho, especialmente no Brasil e no México, no momento contemporâneo. A construção dos conceitos supramencionados é elaborada a partir dos elementos singulares do desenvolvimento econômico e social da região latino-americana, no Brasil e no México, nos últimos 20 anos, principalmente na última década. Os principais resultados alcançados apontam para a expansão do processo de informalidade, diversificação das formas de inserção laboral e novos requerimentos para a política pública orientada para o mercado de trabalho.

Palavras-chave: processo de informalidade; acumulação; Brasil; México

JEL:

¹Doutora e Livre-Docente em Economia pela Universidade de São Paulo, Brasil, com Pós-Doutorado pelo Massachusetts Institute of Technology (Ca, MA). Atualmente é Professora Titular do Departamento de Economia e Presidente do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo, onde leciona e pesquisa na área de Estudos do Trabalho. E-mail:cciamali@uol.com.br

Introdução

O conceito de processo de informalidade - cunhado neste trabalho - é a redefinição das relações de produção, dos processos e das relações de trabalho, e das formas de inserção dos trabalhadores decorrentes das mudanças estruturais em andamento na economia mundial e dos processos de ajustamento estrutural que estão sendo implementados nas diversas economias nacionais. Foi adotada esta denominação - processo de informalidade - para significar a corrosão ou inadequação de determinadas instituições e práticas sociais e o processo de construção de práticas sociais e de definição de instituições, ou seja, o processo de informalidade apreende as mudanças nas formas - sociais e jurídicas - das relações sociais no momento contemporâneo.

Esta categoria analítica foi construída com o objetivo de permitir a apreensão, nas dimensões citadas, das mudanças decorrentes das modificações do regime de acumulação² nos diferentes níveis mundial, regional, nacional etc, e as respostas institucionais, bem como aquelas fornecidas pelos atores sociais a esse quadro de mudanças. Ressalto que as mudanças estruturais - na produção, no mercado de trabalho e institucionais - que estão sendo geradas nesta fase do capitalismo mundial, nas diferentes sociedades e territórios, podem apresentar-se em cada um deles com características mais específicas ou mais universais impressas por seus processos históricos.

Aplicando esse conceito ao caso do mercado de trabalho, esse processo mostra-se por meio de um conjunto de fenômenos, entre os quais destaco os seguintes: i) maiores taxas de desemprego; ii) intermitência entre inatividade e participação no mercado de trabalho; iii) novas modalidades de contrato coletivo e individual para a mão de obra assalariada; iv) práticas de sub-contratação ou de terceirização realizadas por meio de contratos comerciais; v) contratos não registrados - verbais acordados à margem das leis trabalhistas -; vi) expansão de pequenos estabelecimentos sem

² O conceito *regime de acumulação* adotado neste trabalho procede de BOYER, 1986:46.

delimitação da relação capital-trabalho; e vii) e trabalhos por conta própria³.

Essas expressões do processo de informalidade expandem-se em praticamente todos os países do planeta, entretanto adquirem, conforme mencionado anteriormente, diferentes graus de importância em cada sociedade ou território, no momento contemporâneo, em virtude de seus processos históricos e instituições estabelecidas. No momento contemporâneo, para poder construir esta análise considero duas dimensões temporais. A primeira foca: i) os resultados da inserção internacional e as políticas macro e microeconômicas de ajustamento que estão sendo implementadas, compreendendo-se neste campo as respectivas políticas sociais; e ii) os interesses econômicos e políticos criados no período vigente nos diferentes grupos sociais, e suas ações políticas. A segunda dimensão registra: i) os elementos constitutivos da relação salarial do modelo econômico anterior (*idade de ouro*), a representação e os representantes dos interesses que estavam contidos, suas ações políticas e sua capacidade de adaptação ou resistência ao momento atual e ii) a estrutura dos mercados de trabalho nesse período.

Em um primeiro plano geral, por exemplo, nos países industrializados europeus, pelo fato de terem consolidado uma sociedade salarial, a reestruturação produtiva e o desemprego implicam maior predominância na reformulação dos contratos de trabalho: expansão de modalidades alternativas ao contrato individual de trabalho permanente, mudanças nas cláusulas dos contratos coletivos orientado-os para o modelo denominado na literatura como *flexível de relações de trabalho*; desenvolvimento das práticas e contratos de subcontratação e contratos acordados à margem da legislação trabalhista para a mão de obra imigrante. O desemprego se amplia, paulatinamente definem-se modificações nos sistemas públicos de emprego, em suas regras de acesso, cobertura e desembolso para os desempregados, bem como introduzem-se diferentes políticas públicas para atenuar a ausência de trabalho

³ As duas últimas formas apontadas – vi e vii – compõem segundo a literatura especializada o setor informal.

para um conjunto expressivo da população (políticas locais de emprego, formação profissional; etc.).

Na maioria dos países da América Latina, por outro lado, em virtude de não completarem os pré-requisitos de uma sociedade salarial, as manifestações mais numerosas do processo de informalidade no mercado de trabalho são a expansão dos pequenos estabelecimentos produtivos, do trabalho por conta própria, do serviço doméstico e dos contratos de trabalho não registrados junto à Seguridade Social⁴. Paulatinamente abre-se um ambiente que permite a discussão da definição de novas práticas sociais orientadas para esses grupos, redefinem-se políticas sociais que os compreendem, modificam-se os conteúdos dos contratos de trabalho individuais e coletivos, alteram-se as legislações laborais e suas relações com a o Sistema de Seguridade Social.

Assim, pode-se afirmar que as transformações no mercado de trabalho estão criando um ambiente de reconstrução jurídica dos contratos de trabalho individuais e coletivos para a mão de obra assalariada e para o trabalho por conta própria ou sob a forma de microempresas, bem como de suas relações com o Direito Social e com o Sistema de Seguridade Social, criando as bases para mudanças no Regime de Proteção Social.

Os efeitos sociais desse processo de criação, recriação e adaptação de regras e práticas no mercado de trabalho, em virtude dos elementos citados anteriormente, também são distintos nas

⁴ Adota-se neste trabalho o conceito de Seguridade Social de acordo com a Convenção de n. 102 da OIT: *"proteção que a sociedade proporciona a seus membros, mediante uma série de medidas públicas contra as privações econômicas e sociais que de outra maneira levariam ao desaparecimento ou a uma forte redução de suas rendas como consequência de enfermidades, maternidade, acidente de trabalho ou doença profissional, desemprego, invalidez, velhice ou morte, assim como a proteção sob a forma de assistência médica e de ajuda às famílias com filhos"* COTTA (1991). Sistema de Seguridade Social é utilizado neste trabalho indicando o conjunto de programas e ações que o poder público implementa para prevenir e proteger seus cidadãos nos aspectos mencionados. O conceito de Regime de Proteção ou de Seguridade Social está sendo utilizado neste trabalho na qualidade de um elemento da regulação social, compreendendo os princípios e a concepção do Sistema de Seguridade Social, seus programas e ações, e interfaces com as outras dimensões da macro-política.

diferentes sociedades ou territórios⁵. As características mais freqüentes e que se sobrepõe às demais são a elevação no grau de concentração da renda, maior heterogeneidade nas formas de contratação, uso e remuneração de mão de obra e na prestação de serviços, e maior intensidade do trabalho. Entretanto, devo observar que em muitas sociedades e territórios economicamente atrasados e pobres, arranjos institucionais permitem que níveis de pobreza sejam contidos ou minorados, o acesso a bens e serviços públicos e privados venha aumentando, práticas de discriminação sejam retiradas, violações ao Estado de Direito sejam coibidas e índices de qualidade de vida se ampliem, enquanto em sociedades afluentes percebem-se o surgimento ou exacerbação de níveis elevados de exclusão social (PNUD, 2000; SEN, 2000; WHITE, 1996)

Esta temática será desenvolvida neste artigo em três seções, além desta Introdução e das Considerações Finais. Na primeira seção apresento de maneira estilizada o momento econômico contemporâneo, a mundialização, e seus efeitos sobre a estrutura do emprego e as formas de trabalho. Na segunda seção defino, a partir desses elementos, o processo de informalidade e o setor informal. Esses dois conceitos quando aplicados à realidade concreta, como será visto adiante, embora, contendo um campo comum de análise, possuem características distintas. A terceira seção contempla análise do padrão de acumulação de Brasil e México e suas mudanças, enfatizando especialmente os anos 90, recortando elementos relevantes para justificar o desencadeamento do processo de informalidade nos dois países, visto não caber nos limites deste texto, e nem ser seu objetivo, uma análise exaustiva de todo o conjunto de mudanças políticas, econômicas e sociais no período em tela. A quarta seção analisa tendências, características e o processo de informalidade dos mercados de trabalho nos dois países. Por fim, nas Considerações Finais discuto mudanças na concepção das políticas públicas e sua implementação.

⁵ Território constitui a base geográfica do Estado, sobre a qual exerce ele sua soberania. O termo *sociedade* é ambíguo pode representar um conjunto de pessoas que vivem em certa faixa de tempo e de espaço, seguindo normas comuns, unidas pelo sentimento de consciência do grupo, como um conjunto específico de relações sociais, neste caso, poderia ser considerado como equivalente ao conceito de formação social da teoria marxista (GIDDENS, 199:1:20).

1. Mudanças na economia mundial: os elementos para construir a categoria analítica *processo de informalidade*.

O processo de informalidade, da maneira como está sendo definido neste trabalho, é analisado a partir da dinâmica econômica capitalista internacional e de como ela está sendo traduzida num dado território ou sociedade objeto de estudo. São as mudanças estruturais - econômicas, sociais, políticas e institucionais - que ocorrem em uma determinada sociedade ou território, em especial, as articulações criadas no âmbito da estrutura produtiva e os efeitos sociais e institucionais decorrentes, que configuram de uma maneira concreta um determinado processo de informalidade.

Assim, em primeiro lugar destaque, de uma maneira sintética, os elementos que, a meu juízo, caracterizam as mudanças que estão ocorrendo na economia mundial e que constituem a base sobre a qual ergue-se, configura-se e nutre-se o processo de informalidade.

A economia mundial, desde os anos 80, está sendo objeto de mudanças estruturais profundas, de tal forma a construir um momento econômico singular no desenvolvimento capitalista⁶. Essas transformações constituem uma resposta às mudanças que vêm se sucedendo, desde fins dos anos 60 e início dos anos 70, em virtude da crise do sistema monetário internacional⁷ e do desgaste no padrão de crescimento econômico do Pós-Guerra na Europa e nos Estados Unidos - diminuição das taxas de crescimento da produtividade industrial, perda de lucratividade das empresas, esgotamento de demanda, aumento das taxas de inflação e dos déficits públicos, entre as principais. A partir de 1979, nos países industrializados, somando-se aos fatos mencionados, duas crises do petróleo, põem-se em marcha processos de ajustamento e de reformas em virtude do esgarçamento nos pilares que sustentavam o modelo econômico, social e político que caracterizaram o período denominado de *era de ouro* ou fordista (HOBSBAWM, 1995).

⁶ Alguns autores denominam esta fase como a sociedade da informação, CASTELLS (1996).

⁷ O marco é a suspensão da convertibilidade do dólar e sua desvalorização em 1971 e subsequente desvalorização em 1973, rompendo o acordo de Bretton Woods.

A nova divisão social de trabalho, a definição de novas instituições e de relações de trabalho estão sendo conduzidas, nos últimos 20 anos deste século, sob a hegemonia norte-americana e orientadas no ideário e na aplicação de políticas econômicas e sociais de cunho liberal (TAVARES, 1997; TAVARES & MELIN, 1997). O norte desse conjunto de idéias e suas principais características residem em criar condições para o fortalecimento de uma sociedade de regime democrático, centrada numa economia de mercado, constituindo o setor privado o motor do crescimento econômico. Recortando a dimensão econômica, apregoam-se e implementam-se, para atingir os objetivos citados, no âmbito das condições políticas concretas de cada país, medidas que visam controlar a taxa de inflação e os déficits públicos, ampliar as interfaces comerciais internacionais, privatizar empresas estatais, desregular mercados, atribuir e consolidar direitos de propriedade e alterar formas de atuação do Estado, entre as principais.

Não constitui exagero afirmar-se que o momento contemporâneo caracteriza-se pelo fato de que distintas sociedades do planeta encontram-se submersas em processos de mudanças políticas, econômicas e institucionais para se adequar a esse mito mundial (BRAUDEL, 1999). As repercussões fazem-se sentir em todos os níveis, macro, meso e micro, como na aplicação dos conhecimentos científicos aos processos produtivos e sociais, no desenho das políticas públicas, nos negócios e práticas comerciais, nas relações entre o público e o privado – especialmente, quanto aos aparatos fiscais e de proteção social -, na cultura, costumes e procedimentos sociais da população, sua inserção na qualidade de cidadãos, consumidores, usuários de serviços públicos etc.

Esse ambiente de transformações toma maior impulso a partir da década de 80, em que os efeitos de diferentes processos sociais, políticos e econômicos tornam-se mais visíveis. Assim, observa-se maior desregulamentação e internacionalização do setor financeiro, bem como, aumento nas taxas de juros e, em decorrência, a elevação das dívidas e maior dependência dos governos nacionais ao setor financeiro internacional (BELLUZZO, 1998:171-175; ALBAN, 1999:223-230). Fatos que passam a obrigar medidas fiscais austeras que acabam por redundar em reformas dos Sistemas de Seguridade Social, diminuindo os benefícios e sua abrangência (GILLION ET ALI, 2000; ESPING-ANDERSEN, 1990).

Quatro tecnologias fundamentais começam a estruturar as atividades econômicas: informática, robótica, telecomunicações e biotecnologia. As empresas dos países industrialmente avançados, com o objetivo de recuperar o dinamismo, deslancham, nesse mesmo período, um processo de reestruturação aplicando as novas tecnologias e ampliando novos métodos de trabalho. Encurtam-se distâncias, aumenta o desencaixe⁸ (GIDDENS, 1991) e possibilita-se maior intensidade na atuação das empresas em nível planetário. Elas podem ocupar maior espaço econômico localizando-se em diferentes territórios, desmembrando estruturas e processos produtivos pelo globo terrestre com o objetivo de obter maior valor adicionado em cada uma das etapas de produção. A maior abertura comercial das economias permite que os grandes grupos econômicos, mas não apenas esses, possam obter benefícios dessas oportunidades. Assim, as grandes empresas intensificam práticas competitivas e, simultaneamente, passam a implementar relações de cooperação. As primeiras podem ser representadas pela diminuição de custos, especialmente diretos, e elevando níveis de produtividade; as segundas pelas fusões e parcerias, principalmente para investimentos e pesquisa e desenvolvimento (P&D).

A literatura especializada, desde os anos 80, aponta que se chegou ao fim de um período de produção em massa padronizado, com uso de tecnologias rígidas e adentra-se na transição para um novo paradigma produtivo, técnico econômico ou de modo de regulação mais flexível (ALBAN, 1999; BOYER, 1988; FREEMAN, 1982). Este novo padrão produção vem acompanhado da diminuição de mão de obra masculina na indústria de transformação, especialmente menos escolarizada, e do aumento da participação de mulheres, com maior nível de escolaridade, especialmente, no setor de serviços.

Considerando, o desempenho do mercado de trabalho e do emprego, recorto, inicialmente, para os países industrializados, um conjunto de elementos característicos que podem ser extraídos de diagnósticos sobre esse tema. Os processos de mudanças estruturais, especialmente, a partir dos anos 80, expressam-se,

⁸ “Por desencaixe me refiro ao “deslocamento” das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espço”, GIDDENS, 1991:29.

nesses países, por meio de menores taxas de crescimento econômico, maiores taxas de desemprego e de desigualdade salarial. A desigualdade salarial é maior onde as taxas de desemprego são menores, como é o caso estadunidense, implicando aumento dos índices de desigualdade na distribuição da renda (DANZIGER & GOTTSHALK, 1993; LEE, 1996; OIT, 1997, caps. 2 e 3).

A relação assalariada típica (RODGERS & RODGERS, 1989) representada pelo contrato de trabalho por tempo determinado⁹, perde espaço frente a outras formas de participação na produção, destacando-se, sob o aspecto quantitativo, pelo menos três. O trabalho por conta própria vem aumentando a taxas maiores do que o emprego total nos 7 mais importantes países industrializados. O mesmo comportamento vem se verificando em 12, entre 21, países industrializados pesquisados. O trabalho em tempo parcial amplia sua participação relativa, especialmente, entre as mulheres, em todos os países pesquisados, ademais, devo notar que expressiva parte dos trabalhadores insere-se nessa forma de participação na produção de maneira involuntária. Por fim, o trabalho temporário está ganhando importância em 5 entre 12 países pesquisados, principalmente, França e Espanha. Os informes internacionais destacam que essas formas de participação na produção oferecem níveis inferiores de proteção social e salários menores, exceto no caso de determinados grupos de trabalhadores por conta própria (OIT, 1997: 31-32)¹⁰.

Ademais, as estratégias competitivas de empresas inseridas na economia global, em busca de redução de custos ou manutenção, ampliação de parcelas de mercado impulsionam mudanças nas relações de trabalho expressas sob a forma de contratos coletivos com cláusulas que permitem estabelecer jornadas de trabalho e remunerações variáveis, uso funcional múltiplo da força de trabalho, limitação no tempo estabilidade e desvinculação de aumentos

⁹ A denominação de *emprego típico* refere-se ao trabalho assalariado exercido de forma subordinada a um único empregador por meio de um contrato firmado por tempo indeterminado, em tempo integral, inserido plenamente no sistema de seguridade social de seu respectivo país, cujo término ocorre por causa justificada.

¹⁰ OZAKI (1999) baseando-se em 22 estudos de países indica 5 tipos principais de emprego flexível: tempo parcial, temporário, eventual, aprendizagem e sazonal.

automáticos de salários à produtividade¹¹ (FRESSYNET, 1997; TOLEDO, 1997, HIRATA, 1998; OZAKI, 1999).

No caso da América Latina, o diagnóstico, compartilhado por muitos autores, sobre o desempenho do mercado de trabalho e da ocupação indica que os anos 90 - período de introdução e institucionalização das reformas estruturais - foram caracterizados pela: insuficiência na geração de empregos e precariedade dos mesmos; estabilização dos salários reais e aumentos posteriores, sem alcançar os níveis anteriores à crise do endividamento externo; e flexibilização das normas laborais, de tal forma a facilitar a alocação, uso e remuneração da mão-de-obra das empresas à flutuação da demanda e exigências da competitividade (LEON, 1999: p.2; TOKMAN, 1996; RENDÓN E SALAS, 1996).

A maior parte das ocupações geradas nos anos 90 situa-se no setor informal - definido-se esse setor como o conjunto de trabalhos realizados em pequenos estabelecimentos, sem delimitação da relação capital-trabalho, ou por conta própria, a maioria à margem de qualquer regulamentação social (CEPAL, 1997; 1998). A política econômica liberal e as reformas estruturais implementadas na região provocam essa configuração no mercado de trabalho e agravam o quadro social de muitos países latino-americanos que se caracterizam pela herança estrutural do subemprego, das atividades informais de baixa produtividade e dos assalariados que não possuem contratos de trabalho legalmente registrados, restringindo os avanços da cidadania (CACCIAMALI E JOSE-SILVA, 1999).

2. O processo de informalidade

A partir dos elementos distintivos da sociedade contemporânea, apontada aqui por meio dos fatos estilizados mencionados na seção anterior, defino o processo de informalidade, na dimensão do trabalho, como a expressão da redefinição das relações de produção, dos processos de trabalho e das formas de inserção dos indivíduos, decorrentes das mudanças estruturais em andamento na economia mundial e dos processos de ajustamento estrutural que estão sendo implementados nas diversas economias nacionais. O processo de informalidade reflete, por um lado, a

¹¹ A literatura denomina essa mudança de modelo flexível de relações de trabalho.

destruição ou corrosão de determinadas relações de produção, formas de inserção, de regras institucionais e sociais, formas de contrato etc. vinculadas ao modelo econômico fordista que começa a entrar em decadência ao final dos anos 70 e, por outro, o processo de construção de outras relações, instituições e contratos associados ao modelo econômico emergente no momento contemporâneo.

Ao analisar especificamente o mercado de trabalho, a partir da definição supracitada, o processo de informalidade mostra o aumento das diversas modalidades de desemprego, mudanças nas formas de inserção laboral¹², nas relações de trabalho assalariado, nos contratos individuais, nas negociações e contratos coletivos definidos com os sindicatos, rumo à definição de outras regras ou conjunto de regras.

Quando o foco é a estrutura produtiva, devo mencionar que a dinâmica das empresas capitalistas, permitida pelo marco institucional em construção, redimensiona e reformata todos os espaços econômicos: ocupados pelas empresas capitalistas e que podem ser ocupados pelos pequenos produtores - as formas de organização da produção que não se baseiam em mão-de-obra assalariada para seu funcionamento, ou seja, as atividades realizadas por meio do trabalho por conta própria ou micro empresas, consideradas na literatura especializadas como componentes do setor informal¹³.

¹² Estou considerando os termos *formas de participação na produção e inserção laboral* como equivalentes, dizem respeito à maneira como as pessoas participam ou se inserem na produção e nas formas de organização da produção. As categorias que destaco são assalariado (ou empregado), empregador, por conta própria, familiar sem remuneração e serviço doméstico. Cada uma delas por sua vez pode ser decomposta em várias sub-categorias, veja-se por exemplo, CACCIAMALI (1983), sendo que o trabalho assalariado pode ainda ser subdividido de acordo com os tipos de contrato.

¹³ A 15^a. Conferência de Estatísticos do Trabalho, realizada, em Genebra, em janeiro de 1993, após mais de 20 anos de debates e controvérsias, consagra a vertente metodológica que apreende o setor informal a partir das unidades econômicas, apresentando a seguinte definição: *“The informal sector is a subset of household enterprises, i.e. unincorporated enterprises owned and operated by households or household members, either individually or in partnership with others. As opposed to corporations or quasi-corporations household enterprises are defined in SNA as production units which are not constituted as legal entities separate from*

A partir dessa concepção posso afirmar que o processo de informalidade, aplicado ao mercado de trabalho, revela a transformação, provocada pela dinâmica capitalista, na totalidade do mercado de trabalho. Os denominados setores formais e informais do mercado de trabalho expressam-se como um *continuum* de relações existentes nesse mercado e não como dois setores dicotômicos ou duais. Esse recorte analítico é empregado neste estudo por propósitos didáticos, ou com o objetivo de isolar um determinado objeto de estudo, e não compõe o corpo metodológico empregado na presente análise. Isto porque deve ser considerado o conjunto extenso de relações que interpenetram essas formas de inserção e a trajetória ocupacional dos próprios indivíduos¹⁴.

Assim, quando o termo *processo de informalidade*, é aplicado neste trabalho ao primeiro setor – *formal* –, trato das mudanças nas regras de contratação do trabalho assalariado nas empresas que apresentam relações capital-trabalho definidas e muitas vezes organizadas por meio de sindicatos; enquanto quando me reporto ao segundo setor – *informal* – considero os espaços econômicos, dimensão e natureza das atividades associadas aos pequenos produtores, que organizam seu processo de produção com base no próprio trabalho, de seus familiares ou ajudantes.

Nesse sentido, no contorno do processo de informalidade posso apreender tanto inserções que dizem respeito a determinadas formas de organização da produção, como por exemplo, o trabalho por conta própria e a micro empresa; ou posso captar relações de trabalho assalariado expressas sob diferentes e novas modalidades de contrato (tempo parcial, temporário, sazonal, por tempo determinado, eventual, entre outros), ou sem contrato registrado ou ainda de assalariamento disfarçado¹⁵, entre outras¹⁶ Esses conjunto

their owner(s) and which do not have a complete set of business accounts, including balance sheets of assets and liabilities. Thus, the type of legal organization of the unit and the type of accounts kept are the first two criteria of the proposed international definition of the informal sector” (OIT, 1993: 26).

¹⁴ Por exemplo, vejam-se as trajetórias ocupacionais mencionadas em SILVA FILHO ET ALII, 1997.

¹⁵ Assalariamento disfarçado denomina trabalhadores que embora se insiram numa relação de trabalho assalariada são contratados sob a forma de trabalhadores autônomos, como por exemplo prestação de serviços contínuos em uma firma (entrevistadores, atividades de recursos humanos, manutenção) ou o trabalhador

de fenômenos são os recortes primordiais, a meu juízo, que devem ser destacados como típicos do processo de informalidade contemporâneo, especialmente no caso latino-americano.

Por sua vez, as reformas laborais, quando implementadas, mudam as regras dos contratos individuais de trabalho, ampliam as possibilidades de contratos em tempo parcial, temporários e por tempo determinado, diminuem muitas vezes as contribuições para a seguridade social e implicam menor proteção para o trabalhador (CACCIAMALI, 2000). Somam-se a essas formas, no caso da América Latina, contratos realizados por meio de cooperativas de trabalho, de empreiteiras de mão de obra, agências de trabalho temporário e a prestação de serviços de assalariados disfarçados de autônomos. Além dessas formas, os contratos individuais expressam-se, na maioria desses países, sob a forma de trabalho assalariado em tempo integral, subordinado a um único empregador, mas não registrado junto aos órgãos de seguridade social (TOKMAN&MARTINEZ).

Estudo recente para o MERCOSUL indica que o emprego assalariado sem registro é um fenômeno relevante para essa região, e na Argentina e no Brasil atinge as cifras de 34% em 1995 e de 38% em 1996, respectivamente (GALIN, 1997). Os empregadores sonégam os impostos devidos, impõem uma competição desleal às empresas que cumprem os requisitos legais, negam ao trabalhador os seus direitos sociais no presente e comprometem seu futuro quanto à sua aposentadoria, ou mesmo perante um acidente de trabalho (CACCIAMALI, 1999).

O segundo fenômeno do processo de informalidade, destacado nos parágrafos imediatamente anteriores, é o trabalho por conta própria e sob a forma de microempresa - inserções que compõem, conforme exposto, o setor informal (CACCIAMALI, 1983; OIT, 1995). Substantial parte da força de trabalho latino-americana, tendo em vista as restrições da demanda agregada, apresenta dificuldades de reemprego ou de ingresso no mercado de trabalho porque possui

contratado pelo proprietário de um ponto comercial na rua para negociar bens em troca de comissão.

¹⁶ Destaco que as diferentes modalidades de contrato existentes, podem mostrar-se sob a forma registrada de acordo com as leis laborais vigentes ou de forma verbal, não registrada, situação muito comum na América Latina e nos países europeus e nos Estados Unidos quando a contratação é realizada com mão de obra imigrante clandestina.

pouca educação formal, formação profissional ou experiência no trabalho. Dessa maneira, para determinadas parcelas da população, muitas vezes, essas formas de trabalho representam, a única possibilidade de se apropriar de renda e constituem uma estratégia de sobrevivência.

Quando o processo de informalidade foca o setor informal, a questão mais importante refere-se ao espaço econômico passível de ser explorado por essas formas de organização da produção. Esse espaço é condicionado ao padrão de acumulação em um determinado território, modificando-se em virtude da estrutura, expansão e ramos ocupados pelas firmas capitalistas. Ademais, as instituições – práticas sociais, consuetudinárias e leis – em cada território, e a presença e fiscalização dos poderes públicos podem criar condições favoráveis ou limitar o estabelecimento de pequenos produtores¹⁷. Essas características definem as possibilidades de ocupação de espaços econômico, sua destruição ou reestruturação. Assim, novas e velhas atividades exercidas por pequenos produtores devem ser avaliadas por constituírem uma forma específica de produção articulada à estrutura produtiva hegemônica e pela dimensão e mudanças em sua natureza no momento contemporâneo das sociedades latino-americanas¹⁸

¹⁷ Regimes tributários especiais e programas de microcrédito para micro empresas; e regras para uso do espaço urbano, entre outras. Relembro também, por exemplo, a ocupação da área central e de centros comerciais de muitas metrópoles latino-americanas, durante os anos 80, por vendedores ambulantes e as negociações realizadas em muitas delas, nos anos 90, para construir os denominados *centros comerciais (shoppings) populares* ou para definir ruas específicas para serem exploradas por esse tipo de comércio.

¹⁸ Segundo estudo da CEPAL: “de cada 100 empregos gerados durante 1990-1995, 84 correspondem ao setor informal. De cerca de 16 milhões de empregos criados na América Latina ... no período, 1990-1994, cerca de 14,4 milhões corresponderam ao dito setor, que agrupou assim, 56% do total dos ocupados da região, (incluídos os que trabalham no serviço doméstico)” (CEPAL, 1997: 65).

3. Brasil e México: mudanças no padrão de acumulação

Os governos de Brasil e México implementam programas de ajustamento estrutural em datas, velocidades e estratégias distintas, condicionados, em parte, à política econômica formulada, em meados da década de 70, em resposta à crise do modelo substitutivo de importações. O crescimento econômico, nesse período, perde dinamismo econômico compelido não apenas pelo estrangulamento do mercado interno proveniente da elevada concentração da renda (THÉRET & MARQUES PEREIRA, 2000), como também pelas limitações e contradições da própria estrutura produtiva

A política econômica formulada pelo primeiro país busca a superação da crise apoiando-se em uma concepção desenvolvimentista. Implementa um programa de aprofundamento do processo de industrialização substituindo bens de capital, bens intermediários e ampliando os setores de infraestrutura e de energia. O objetivo era completar o processo de industrialização, distribuir renda, induzir o crescimento do mercado interno e ampliar as exportações de produtos com maior valor adicionado.

A política econômica mexicana, além de perseguir o mesmo objetivo da política econômica brasileira, foca-se principalmente no objetivo de redistribuição de renda por meio de reformas fiscal e nos setores de educação e saúde (SORIA, 1995, 2000). Essa estratégia provoca resistências políticas do empresariado que transfere recursos para o exterior minando os investimentos internos no setor produtivo e bloqueando as reformas propostas. A consequência é a geração de crise política, econômica e no interior do Estado.

Os governos de Brasil e México financiam suas estratégias econômicas, a despeito das diferenças, por meio de recursos externos. Assim como outros países, endividam-se nos anos 70, em virtude da oferta abundante de crédito oferecido no mercado internacional muitas vezes a juros reais negativos. A política monetária assumida pelos Estados Unidos no final dos anos 70 eleva os juros internacionais e aumenta os serviços da dívida dos países devedores.

México e Brasil ingressam na década de 80 com recessão econômica, aceleração nas taxas de inflação e com a necessidade de gerar divisas para o pagamento dos serviços da dívida externa

(pública e privada). Essa situação agrava-se pela recessão administrada de uma maneira sincrônica nos países industrializados no início da década de 80 e pelas mudanças políticas e estruturais que começam a ser implementadas naqueles países (CACCIAMALI, 1988, cap.4).

As políticas econômicas dos dois países, nos primeiros anos da crise do endividamento externo, enfatizam medidas contracionistas e de redução do déficit em conta corrente, como por exemplo, a desvalorização cambial para incentivar as exportações e inibir as importações. No México, entretanto, a mudança de orientação do modelo econômico toma contornos mais definidos a partir de meados da década de 80¹⁹.

O ingresso do México ao GATT (1986) acelera a eliminação de barreiras comerciais e o ingresso de investimentos externos. Essas medidas acopladas à desvalorização do peso e aos *Programa de Importación Temporal para Producir Artículos de Exportación (PITEX)* e *empresas Altamente Exportadoras*²⁰ aumentam as exportações, especialmente das firmas multinacionais e maquiladoras, sendo as divisas destinadas ao pagamento do serviço da dívida externa. Ademais, neste período inicia-se a reprivatização do sistema bancário, privatização de empresas estatais e a reforma do Estado com dispensa de empregados públicos (CLAVIJO & VALDIVIESO, 2000).

A crise do Estado mexicano e a influência geopolítica dos Estados Unidos fazem com que a política econômica se oriente para a construção de um padrão de acumulação que pode ser tipificado por secundário-exportador numa concepção neoliberal (SORIA, 2000). A ampliação dos setores industriais para exportação e o ingresso do México ao NAFTA (North American Free Trade Agreement) consolidam essa política para os anos 90.

¹⁹ O processo de mudança de um modelo centrado para o mercado interno para outro orientado para o exterior inicia-se na Administração Miguel De La Madrid (1982-1988) e continua de forma acelerada na Administração de Carlos Salinas (1988-1994).

²⁰ O primeiro Programa permite às empresas importar temporariamente sem tarifas matéria primas, máquinas e equipamentos para a produção de bens para exportação; o segundo Programa, de 1987, permite que as empresas - maquiladoras ou que operassem sob o PITEX, obtivessem benefícios administrativos de certas agências do governo, devido ao seu alto volume de exportação.

No Brasil, o processo político e econômico para ajustar sua economia rumo a uma economia mais competitiva foi mais lento e descontínuo. A partir de meados dos anos 80 inicia-se a transição rumo a um regime de governo democrático, exigindo mudanças institucionais que provocaram forte instabilidade política. O desempenho econômico deste último país, entre 1980 e 1993, caracteriza-se por duas recessões no início das duas décadas, pela instabilidade nas taxas de crescimento econômico entre as recessões, elevadas taxas de inflação, perda de produtividade e de competitividade industrial.

Além disso, entre 1986 e 1990 ocorreram quatro tentativas frustradas de estabilização²¹ intentadas por meio de planos que congelavam preços e salários mas sem legitimidade política para sustar a espiral inflacionária, refletindo o conflito de interesses e de redistribuição de recursos revelados pelas mudanças políticas e sociais²². Assim, a manutenção de política monetária passiva, mecanismos protecionistas para o mercado interno, indexação generalizada de preços e salários, e manutenção de elevado déficit público financiado por meio de títulos indexados no mercado financeiro acabam por solapar a estabilização dos preços e ratificam o processo de desigualdade de renda no país, elevando ainda mais a concentração²³.

O ano de 1989 marca o início do processo de abertura comercial da economia brasileira, acelerada a partir da Administração Collor de Melo (1990), em 1991, formaliza-se, sob a liderança de Brasil e Argentina, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a estabilização dos preços foi alcançada a partir de 1994 (Plano Real). O MERCOSUL, em contraposição ao NAFTA, é um modelo de integração econômica, empreendido no âmbito dos processos de ajustamento estrutural das economias nacionais dos países componentes, objetivando o crescimento endógeno da região, o crescimento de suas exportações e a diversificação de mercados, modelo denominado de *regionalismo aberto* segundo a CEPAL.

²¹ Planos: Cruzado (1986), Bresser (1988), Nóbrega (1989) e Collor (1990).

²² Para uma análise do conflito distributivo na América Latina veja-se entre outros MARQUES-PEREIRA, 2000.

²³ O índice de Gini entre 1981 e 1989 se altera de 0,57 para 0,63 (F.IBGE, diversos anos)..

Algumas similaridades e diferenças merecem ser destacadas na implementação da política de ajustamento estrutural nos dois países. Os planos de estabilização de preços, como em outros países latino-americanos, foram estabelecidos ancorados à taxa de câmbio com relação ao dólar. Essa medida gera déficit em conta corrente indicando a sobrevalorização da moeda local. A mudança de preços relativos favorável aos bens importados provoca diversas conseqüências, entre as quais destacamos as seguintes.

As margens de lucro das empresas diminuem devido à competição com os bens importados, principalmente no setor industrial. As empresas passam a conter custos, especialmente diretos, e principalmente, os aumentos de salário (Quadro 1). Esse fenômeno ocorre de maneira mais intensa no México, implicando queda de salário real referente aos anos 80, fenômeno que não se verifica no Brasil. A diferença na intensidade na contenção dos salários nos dois países pode ser atribuída à estratégia distinta de inserção no mercado internacional para os dois países, que se desenvolve em um cenário mais competitivo e com menor poder de barganha salarial para os trabalhadores da indústria mexicana do que para aqueles da indústria brasileira.

A integração da economia mexicana à economia norte-americana inicia-se com ênfase no setor de maquila, e posteriormente, incorporam-se setores da indústria de transformação mais complexos destinados à exportação, principalmente para o mercado norte-americano²⁴. Essa nova inserção econômica compreende, além da realocação da indústria de transformação no território mexicano para o norte e o centro do país, a contratação de mão de obra sem experiência prévia no setor e sem vínculos com os sindicatos existentes. Os contratos coletivos nos novos setores alteram-se frente aos acordos firmados com os setores organizados por sindicatos

Quadro 1 – Indicadores Macroeconômicos, 1990-0999

Países/Anos	Varição (% a.a.)	Investimento estrangeiro	Inflação	NFSP ⁽¹⁾
-------------	---------------------	-----------------------------	----------	---------------------

²⁴ No período compreendido entre 1998-1999, dois terços das exportações mexicanas destinam-se ao mercado norte americano e do total das exportações, 43% são representados por manufaturas e 47% são produtos derivados da maquila (INEGI, 2000)

	PIB	PIB/capta	% PIB	1995=100	% a. a.	(%PIB)
BRASIL						
1990	-4,7	-6,3	21,3	i.nd.	1584,2	1,4
1991	1,0	-0,6	20,2	2,56	475,8	-0,2
1992	-0,3	-1,8	18,9	55,37	1149,1	-1,8
1993	4,5	3,0	19,2	23,03	2489,1	-0,8
1994	6,2	4,7	20,3	58,56	929,3	1,1
1995	4,2	2,7	20,5	100,00	22,0	-7,2
1996	2,9	1,4	20,3	335,71	9,1	-5,9
1997	3,8	2,4	21,3	535,48	4,3	-6,1
1998	0,0	1,1	20,8	840,06	2,5	-8,0
1999	0,5	-0,9	i.n.d	762,69	8,0	-9,0
1981-90	1,3	-0,7	i.n.d	i.n.d	...	i.n.d
1991-99	2,5	1,0	i.n.d	i.n.d
MÉXICO						
1990	5,1	3,1	19,0	i.n.d	29,9	-2,8
1991	4,2	2,3	20,3	49,8	18,9	3,3
1992	3,7	1,7	21,9	46,1	11,9	1,6
1993	1,7	0,1	20,8	46,1	8,0	0,7
1994	4,6	2,6	21,6	113,3	7,1	-0,3
1995	-6,2	-7,8	16,2	100,0	52,1	-0,2
1996	5,2	3,3	18,0	96,4	27,7	-0,1
1997	6,8	5,0	20,6	134,7	15,7	-0,6
1998	4,9	3,1	21,8	107,5	18,6	-1,2
1999	3,5	1,8	i.n.d	115,5	13,9	-1,3
1981-90	1,8	-0,3	i.n.d	i.n.d	...	i.n.d
1991-99	3,1	1,3	i.n.d	i.n.d

(¹) NFSP: Necessidade de Financiamento do Setor Público

Fonte: Elaborado pela autora a partir de CEPAL, 2000.

tradicionais e corporativos, e apresentam cláusulas típicas das empresas que adotam o modo de organização flexível de produção. No caso brasileiro, a indústria modernizou-se de maneira mais lenta, parte orientada para o mercado interno, as privatizações

processaram-se de maneira mais lenta. A estrutura sindical nesse contexto manteve-se íntegra com o poder sindical centralizado em três Centrais Sindicais, construídas nos anos 80, que embora cedendo e firmando acordos coletivos no âmbito do modelo flexível de relações laborais, mantêm maior poder de negociação²⁵.

O desequilíbrio externo, em decorrência da sobrevalorização cambial, implica a elevação da taxa de juros doméstica para atrair capital estrangeiro e equilibrar a balança de pagamento. O aumento da taxa de juros doméstica possui três efeitos. O primeiro é inibir os investimentos do setor produtivo e diminuir os empréstimos para capital de giro das pequenas e médias empresas, levando à inadimplência muitas delas e limitando o nível da atividade econômica – efeitos verificados nos dois países. O segundo é orientar os capitais para o setor financeiro e aumentar a participação dos capitais especulativos de curto prazo aumentando a vulnerabilidade externa do país. O terceiro é aumentar a dívida pública dos governos com pelo menos duas conseqüências: aumentar a vulnerabilidade do país frente aos pressupostos de política econômica implementada pelo Fundo Monetário Internacional e tida como parâmetro para atrair capitais produtivos; e obrigar a administração austera do gasto público, que diminui em geral os recursos para a política pública nas áreas sociais.

Essa estratégia de ajustamento estrutural inibe o crescimento econômico, implicando menor criação de empregos e trabalhos, aumenta a dependência financeira ao capital de curto prazo acelerando o desenvolvimento de crises endógenas, como no caso do México em 1994 e no Brasil, em 1999. A desvalorização da moeda brasileira em 1999, além de aumentar a dívida pública e privada neste país, altera as relações de troca com a Argentina, principal parceiro no MERCOSUL, adicionando dificuldades à implementação de políticas que aprofundem a integração nesse bloco.

Os indicadores referentes aos anos 90 indicam que a dívida pública não financeira nos dois países cresce no segundo lustro dos 90, principalmente nos dois últimos anos, sendo o déficit maior no Brasil (Quadro 1). As contas externas, por sua vez, mostram que no México a participação dos juros pagos sobre o total das exportações

²⁵ Os acordos firmados com a indústria automotriz e outros são exemplos. Veja-se DIEESE, 1996.

vem se reduzindo, sendo significativamente menor que no Brasil, assim como a relação entre a dívida externa e o total de exportações (Quadro 2). O déficit comercial, nos últimos anos, vem se reduzindo nos dois países, por meio de estratégias opostas: no México, principalmente, em virtude do aumento das exportações, enquanto no Brasil pela contenção das importações (Quadro 3). Entretanto, devo ressaltar que os dois países são altamente vulneráveis ao comércio exterior, México da economia norte-americana, Brasil da necessidade de abrir novos mercados, constituindo a política cambial uma variável estratégica para a manutenção da estabilidade e do crescimento econômico, dado o modelo econômico posto em prática nos dois países. Essa opção de política econômica compromete o dinamismo da economia brasileira que acumula, ao longo da década de 90, crescimento no Produto Interno Bruto Real e Produto Interno Bruto Real Por Habitante da ordem de 19,12 e 5,3%, respectivamente, em contraposição à economia mexicana com desempenho de 38,21 e 15,5%, respectivamente (Quadro 1).

O ajustamento estrutural acarretou efeitos positivos comuns aos dois países: a diminuição substantiva das taxas de inflação, especialmente no Brasil, mantidas baixas em virtude da contenção de demanda; e a recuperação dos investimentos, por meio do rejuvenescimento dos parques industriais e inversões no setor de serviços, privatizações, compra e fusões de empresas domésticas, entre outras (Quadro 1). O Brasil nos últimos dois anos mostra uma recuperação dos investimentos diretos expressiva, principalmente em virtude das privatizações, e atividades conexas, o que pode induzir maior dinamismo econômico nos próximos anos. Este fato pode vir a colaborar para superar o refreamento do crescimento econômico dos países do MERCOSUL, se vier acompanhado de um ampliação do mercado interno por processos de distribuição de renda e pelo aumento de exportações de maior valor agregado em um maior número de mercados, especialmente a União Européia e os países asiáticos.

Desejo destacar, entretanto, que as estratégias de ajustamento estrutural podem sofrer modificações, sobretudo com relação às

Quadro 2 – Dívida externa e juros, Brasil e México, 1991-1999

Países/Anos	Dívida externa/ exportações	Juros/exportações
-------------	--------------------------------	-------------------

	em %	em %
Brasil		
1991	354,7	27,2
1992	340,9	20,8
1993	334,3	21,8
1994	302,6	17,9
1995	302,5	21,9
1996	342,7	25,3
1997	338,0	26,0
1998	413,8	30,5
1999	441,2	34,6
México		
1991	226,1	18,0
1992	211,9	17,5
1993	214,5	18,3
1994	199,8	17,9
1995	190,2	16,1
1996	152,9	12,5
1997	125,6	10,2
1998	124,6	10,3
1999	108,9	8,8

Fonte: CEPAL, 2000

maneiras diferenciadas de integração econômica internacional. Brasil ou Argentina podem aderir à proposta estadunidense de 1994, de constituir-se, em 2005, o ALCA (Acordo de Livre Comércio das Américas). Essa proposta de integração regional torna-se mais atraente nos últimos anos da década de 90. O maior fator de atração é a hegemonia dos Estados Unidos, sua importância no comércio exterior e nos investimentos na América Latina. Ademais, os ajustamentos estruturais realizados pelos países latino-americanos,

Quadro 3 – Indicadores do setor externo, Brasil e México, 1997-1999

Balanças – US\$ milhão	Importação	Exportação
------------------------	------------	------------

	Comercial	C. Corrente	Pagamentos	bens – FOB 1995=100	Bens – FOB 1995=100
Brasil					
1997	-15.963	-30.493	-7.907	120,5	114,4
1998	-15.642	-33.825	-17.293	116,3	110,0
1999	-8.180	-25.260	-13.150	99,2	101,8
México					
1997	-593	-7.454	13.997	151,6	138,8
1998	-8.472	-15.957	3.210	173,0	147,7
1999	-6.320	-13.750	-440	194,8	171,3

Fonte: Elaborada pela autora a partir de CEPAL, 2000.

em especial Brasil, Argentina e Chile, guiaram-se pelos princípios de um regime de governo democrático, do fortalecimento da economia de mercado e da austeridade monetária. E, por fim, as dificuldades de ampliar a inserção econômica internacional, por meio de exportações, podem vir a fortalecer o ALCA como uma opção política e uma estratégia de crescimento econômico.

Quadro 4 . Taxas de desemprego e participação urbana e evolução do salário real na indústria

Países/Anos	Desemprego %	Participação Urbana %	Salário real industrial 1980=100
Brasil			
1990	4,3	63,8	96,7
1991	4,8	61,1	90,9
1992	5,8	59,5	98,3
1993	5,4	58,7	108,7
1994	5,1	59,3	113,4

Maria Cristina Cacciamali

1995	4,6	59,3	124,2
1996	5,4	59,6	128,4
1997	5,7	58,5	132,9
1998	7,6	58,2	135,7
1999	7,7	56,9	i.n.d
MÉXICO			
1990	2,7	51,8	59,6
1991	2,7	53,3	61,9
1992	2,8	53,8	67,6
1993	3,4	55,2	69,6
1994	3,7	54,7	71,9
1995	6,2	55	62,1
1996	5,5	55,4	54,9
1997	3,7	56,2	54,8
1998	3,2	56,6	56,2
1999	2,6	55,6	i.n.d

Fonte: Elaborada pela autora a partir de CEPAL(2000) e OIT (2000).

4. Menos empregos, outros trabalhos

A recuperação dos investimentos e o crescimento econômico tiveram impactos diferentes sobre o nível de emprego no Brasil e no México. No primeiro país, ao longo da década, observa-se uma ampliação nas taxas de desemprego aberto e a redução das taxas de atividade urbana; enquanto no segundo país, exceto nos anos imediatamente anteriores à recessão de 1994, o primeiro indicador é estável e baixo e a taxa de atividade urbana se amplia em 3,8 pontos percentuais (Quadro 4).

O crescimento do emprego setorial, nos dois países, é aderente às tendências internacionais: o setor terciário é o maior gerador de empregos, contudo há diferenças importantes. A política econômica mexicana optando pelo aprofundamento da integração de sua economia à norte-americana, por meio da expansão da maquila e da indústria de transformação destinada à exportação, conduz à

ampliação do emprego nesse setor e ao aumento do emprego no setor formal privado da economia (empresas com mais de 5 empregados). No Brasil, o comportamento é oposto. A abertura econômica destrói postos de trabalho na indústria, o mesmo efeito provoca a modernização tecnológica e os investimentos do período não são suficientes para apontar alguma recuperação no emprego do setor industrial. O setor público, por outro lado, diminui sua importância no emprego dos dois países, especialmente no Brasil (Quadros 5 e 6).

O processo de informalidade no mercado de trabalho se aprofunda em virtude da política de ajustamento estrutural implementada de forma contínua nos últimos 15 anos no México e 10 anos no Brasil. As diferentes administrações, nesse período, dos dois países não dispõem de condições políticas para implementar reformas laborais, como ocorre em outros países da América Latina (BRONSTEIN, 1997). Constrói-se, entretanto, uma prática de contratos individuais e coletivos de trabalho de acordo com o modelo de relações flexíveis de trabalho que corroem as legislações do mercado de trabalho ainda em vigor e têm o objetivo de constituir-se em um fato consumado.

No Brasil, a Administração Cardoso adotou a estratégia de evitar o confronto com as Centrais Sindicais, partidos de oposição e a opinião pública e aplicou medidas parciais, consistentes e contínuas para alterar as principais cláusulas da Legislação do Trabalho, de 1943. Assim, ao longo dos últimos 6 anos, 12 intervenções foram feitas nessa legislação, destacando-se entre as mais importantes: participação nos lucros, utilizada para promover aumentos nos

Quadro 5 . Composição da ocupação segundo setores de atividade

Setores	Brasil			México		
	1999	1997	variação	1990	1997	variação
TOTAL	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0
BENS	28,6	25,9	-2,7	30,1	27,1	-3,0
MANUFATURA	20,9	17,4	-3,5	25,0	26,5	1,5
CONSTRUÇÃO	7,7	8,5	0,8	5,1	0,6	-4,5
SERVIÇOS	71,0	73,8	2,8	69,9	72,9	3,0
COMÉRCIO	21,7	22,9	1,2	26,0	27,0	1,0
TRANSPORTE	5,1	5,3	0,2	5,6	6,2	0,6

Maria Cristina Cacciamali

FINANCEIROS	3,3	2,0	-1,3	5,9	2,4	-3,5
PESS&SOCIAIS	40,9	43,6	2,7	32,4	37,3	4,9
N.ESPECIFICADO	0,4	0,3	-0,1	0,0	0,0	0,0

Fonte: Elaborada pela autora a partir de OIT, 2000.

Quadro 6 – Composição da ocupação segundo forma de participação na produção e contribuição para a seguridade social, Brasil e México, 1990-1998

	Brasil		México	
	1990	1999	1990	1999
Setor Informal	40,6	46,7	47,5	49,5
Autônomo	20,3	23,2	25,0	24,9
Serviço Doméstico	6,8	9,5	5,1	4,8
Micro-empresário	13,5	14,0	17,4	19,8
Setor Formal	59,4	53,3	52,5	50,4
Setor Público	11,0	9,3	25,5	21,8
Setor Privado	48,4	44,0	27,0	28,6
Assalariados que contribuem para a Seguridade Social	74,0	66,8	58,5	56,2
Setor Formal	86,1	81,1	72,9	73,9
Setor Informal	38,7	34,5	12,7	8,2
Serviço Doméstico	24,9	24,9	4,2	0,8
Micro-empresa	45,8	41,0	15,3	10,0

Fonte: elaborada pela autora a partir de OIT, 2000

salários, sem incorporá-los de forma permanente; compensação das horas trabalhadas ao longo de um ano, diminuindo o uso das horas extras; constituição de cooperativas profissionais que permite a

contratação de serviços de mão de obra assalariada sem efetuar as contribuições sociais; e contratos por tempo determinado (CACCIAMALI, 2000).

No México, o modelo de relações flexíveis de trabalho foi introduzido, com forte resistência dos sindicatos, e aplicado através dos Contratos Coletivos de Trabalho nas grandes empresas e no setor de maquila no norte do país, além de constituir-se em um requisito para empresas que são privatizadas. A difusão ocorre de maneira lenta nos outros segmentos e o modelo acaba sendo implementado, como no caso brasileiro, de forma incompleta não preenchendo todos os pré-requisitos de um modelo flexível de relações de trabalho (TOLEDO, 1997). Em 1996, a *Confederación de Trabajadores de México*, representante do velho corporativismo, aliado tradicional do governo, firma um acordo com o setor empresarial denominado de *Convênio para uma Nueva Cultura Laboral* com vistas a definir, de forma bilateral, os princípios que deve reger a flexibilidade dos contratos de trabalho e provavelmente propor um novo código laboral.

Este quadro vem acompanhado da diminuição da abrangência do Sistema Público de Seguridade Social nos dois países, principalmente no México, onde implementam-se modificações mais profundas no Sistema Público que no Brasil ampliando a participação do Sistema Privado, entretanto apresenta um desenho incipiente especialmente com relação às taxas de cobertura (SOBERÓN & VILLAGOMEZ, 1999). Entre o total dos assalariados mexicanos, em 1998, pouco mais da metade contribuía (56,2%) para o Sistema Público, e entre aqueles que trabalhavam nas micro empresas essa participação era de apenas 10%, no serviço doméstico o percentual era menor do que de 1% (Quadro 6). No Brasil²⁶, embora a cobertura da Seguridade Social Pública seja maior, no setor formal a cobertura é da ordem de 80%, e os índices entre os

²⁶ Observe-se que no caso brasileiro não é necessário o registro do contrato de trabalho, nem o registro do trabalhador autônomo junto à Seguridade Social para ter acesso a serviços de saúde e habitação, sendo obrigatória a inscrição e contribuição para ter acesso ao pensões aposentadorias, seguro contra acidente de trabalho ou doença profissional, seguro desemprego, fundo de garantia por tempo de serviço (poupança obrigatória), auxílio maternidade e paternidade, bonificação de natal, férias. bem como outros benefícios decorrente do exercício do trabalho assalariado.

assalariados no setor informal da economia são baixos: 41% entre os trabalhadores das microempresas e 25% no trabalho doméstico. Neste último país, os índices de assalariados que não tem contrato registrado junto à Seguridade Social Pública são superiores à 40% nos setores da construção civil, prestação de serviços e na agricultura, no segmento das pequenas empresas e expressam-se com maior relevância entre as mulheres e os jovens (CACCIAMALI, 1999; 1996).

O número de ocupados no setor informal urbano, entre 1990 e 1998, cresce nos dois países. A expansão no Brasil ocorre, principalmente, sob a forma de trabalho autônomo, de 20,3 para 23,2%, entre e no trabalho doméstico, de 6,9 para 9,5%, enquanto no México revela-se pelo aumento da proporção de microempresários de 17,3 para 19,8% (Quadro 6).

A elevada concentração da renda nos dois países é o elemento estrutural que perpassa os diferentes modelos e fases econômicas desses países. Reflete a distribuição de poder entre as classes sociais expressada na regulação social e na regulação da relação salarial, que atinge com intensidade diferente toda a sociedade, provocando níveis elevados nas diferentes dimensões de exclusão - material, política e cultural. Além disso, a forte desigualdade de renda restringe o mercado interno, limita o crescimento econômico e aumenta a dependência com relação ao mercado externo.

Os dois países adotaram, ao longo dos anos 80 e 90, em virtude de seus processos históricos e de suas estratégias políticas e econômicas para enfrentar o ajustamento estrutural, a inserção na nova ordem mundial e a reestruturação produtiva, entretanto apresentam resultados mais análogos do que distintos no que se refere à concentração na distribuição da renda. O Brasil, após a elevação da desigualdade de renda dos anos 60, continua apresentando o mesmo fenômeno nas década seguintes e uma estabilidade perversa na manutenção de uma alta concentração, com coeficientes de Gini superiores a 0,50. O México, após a implementação do modelo secundário-exportador neoliberal, apresenta um forte movimento desigualador na distribuição da renda e alcança coeficientes de Gini, na década de 90, da ordem de 0,40. A renda apropriada pelos 10% mais ricos no meio urbano é 8 vezes maior do que a apropriação dos 40% mais pobres no caso do México e 17 vezes no caso do Brasil, o mais elevado da América Latina. Nos

dois países observam-se proporções acima de 75% para o indicador *famílias com renda inferior à renda média familiar* (quadro 7).

Quadro 7 – Nível e distribuição de renda urbana das famílias , Brasil e México, 1979-1998, 1984-1998

	Renda média (¹)	Gini 1979-98	Mais pobres		Mais ricos	Coef (²)	% (³)
			25%	40%	10%		
Brasil							
1984	3,3	0,4	5,6	11,8	39,1	13,3	74
1990	3,3	0,5	4,7	10,3	41,8	16,3	76
1993	3,2	0,5	5,4	11,5	43,2	15,6	76
1996	4,5	0,5	4,9	10,5	44,3	16,8	77
México							
1984	2,3	0,3	10,5	20,1	25,8	5,1	70
1989	2,5	0,4	8,5	16,0	36,9	9,1	75
1994	2,8	0,4	9,0	16,8	34,3	8,2	74
1996	2,2	0,4	9,4	17,6	33,7	7,7	73
1998	2,7	0,4	9,0	17,2	34,8	8,1	75

(¹) renda média mensal per capita das famílias indicada em unidades da linha de pobreza *per capita*.

(²) renda dos 10% mais ricos do meio urbano sobre a renda dos 40% mais pobres

(³) % das famílias com renda abaixo da média

Fonte: Elaborada pela autora a partir de CEPAL, 2000 (a)

Considerações finais: subsídios para a política pública

O processo de informalidade no mercado de trabalho urbano de Brasil e México, nos anos 90, expressa-se especialmente por meio de: i) maior desocupação da mão de obra no Brasil, em virtude de maiores taxas de desemprego e inatividade; ii) mudanças nas regras dos contratos individuais e coletivos para a mão de obra; iii) práticas

de sub-contratação ou de terceirização realizados por meio de contratos comerciais; v) menor taxa de cobertura da Seguridade Social, especialmente no México, devido ao elevado número de relações assalariadas sem contrato registrado e ao baixo nível de contribuição por parte de micro-empresários, trabalhadores autônomos e trabalhadores no serviço doméstico; vi) expansão de pequenos estabelecimentos sem delimitação da relação capital-trabalho, principalmente no México; e vii) aumento do trabalho por conta própria e do serviço doméstico, especialmente no Brasil, registrando, contudo, que a participação de trabalhadores nessas formas de inserção é expressiva nos dois países, superando 40% do total da força de trabalho.

Essa configuração do mercado de trabalho e a necessidade de cumprir e mudar regras, quando superadas pela prática social, bem como a definição das relações dos diversos segmentos do mercado de trabalho com a Seguridade Social não derivam apenas do processo e das opções políticas realizadas pelos dois países para superar a estagnação econômica dos anos 80 ou da implementação de seus processos de ajustamento econômico para inserirem-se na nova ordem mundial. O principal elemento estrutural é a incapacidade política, demonstrada até o final do século XX, de engendrar um modelo social incluyente, que permita o acesso da maioria da população à vida política, social, cultural e aos bens materiais. Ao final dos anos 90, 75% das famílias mexicanas apresentam renda familiar abaixo da média nacional, no Brasil 77% encontram-se nessa mesma situação.

O Regime de Proteção Social foi formulado nos dois países a partir dos anos 30 em um contexto de autoritarismo político, em um ambiente econômico de proteção à produção doméstica e com um movimento sindical organizado demandando maior remuneração, estabilidade e regras definidas nas relações de trabalho. O direito social centrou-se na definição e posterior ampliação da proteção à mão de obra assalariada com contrato registrado por tempo indeterminado e sindicalizada, desde então até os anos 80 (LAUTIER, 2000).

Esse arranjo político e institucional torna-se insuficiente a partir dos anos 80 e principalmente nos anos 90 perante a dinâmica do mercado de trabalho e suas diferentes dimensões, discutidos ao longo deste estudo, entre as quais destaco as seguintes: maior instabilidade da demanda agregada, gerando expectativas negativas,

limitando a demanda de trabalho, especialmente na contratação de mão de obra permanente ou registrada junto à Seguridade Social; diferenciação nas tipos de contrato para a mão de obra assalariada, definindo por meio de legislação menores custos do trabalho e menor proteção nas modalidades alternativas ao contrato de trabalho por tempo indeterminado; contratos comerciais de sub-contratação de mão de obra; expansão do trabalho por conta própria e sob a forma de microempresa; contratação de serviços de autônomos; insegurança na manutenção do emprego, polivalência funcional e alterações no conteúdo das atividades; alterações nas condições de saúde e segurança no trabalho, especialmente com o surgimento de patologias no campo da saúde mental.

O Estado incentiva práticas contratuais alternativas por meio de negociações coletivas, não fiscaliza a aplicação dos códigos de trabalho e consente, muitas vezes valoriza em nível local, formas de trabalho alternativas ao assalariamento. Os objetivos neste caso são atenuar o desemprego originário do ajuste estrutural e da reestruturação produtiva, bem como criar uma ideologia para forçar a mudança de comportamento da mão de obra assalariada sindicalizada e protegida pelo Sistema de Seguridade Social vigente. Além disso, o Estado promove políticas de trabalho e renda orientadas para os trabalhadores que não se constituem em assalariados registrados, ampliando o acesso a bens e serviços públicos nos programas de intermediação e qualificação de mão de obra, e microcrédito.

Assim, às limitações financeiras reconhecidas para o Sistema de Seguridade Social engendrado no modelo econômico anterior, soma-se a perda de legitimidade política e abre-se um campo político para o desenho de um outro do Regime de Proteção Social, inserido na nova ordem econômica e social. Nesse contexto, discutem-se a participação e ampliação da esfera privada na prestação de serviços sob a forma mercantil e não mercantil; a regulamentação, padronização e o monitoramento público desses serviços; a organização e gestão dos serviços públicos; o papel, organização e gestão da assistência social; a universalização ou a ação focalizada em determinadas esferas etc. Esse processo constitui a base do direito social que está em construção para atender as demandas sociais originárias deste processo de mudança..

As políticas públicas para o mercado de trabalho, desde o final dos anos 80, transcendem os empregados com contrato de

trabalho registrado e os desempregados, e passam a orientar-se para os assalariados com contratos de trabalho não registrados, trabalhadores por conta própria e micro-empresários.

Sendo assim, a reformulação do Sistema de Seguridade Social, sua universalização e a garantia de direitos fundamentais do trabalho é uma meta a ser proposta e alcançada não apenas nos dois países enfatizados neste estudo, mas em toda a região da América Latina. A constituição jurídica das atividades do setor informal e o reconhecimento dos contratos para a mão de obra assalariada, no caso latino-americano, devem ser analisados, para parte expressiva da população, como um instrumento adicional para o exercício da cidadania plena.

Estabelecer o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda como política de Estado na América Latina significa institucionalizar quaisquer forma de trabalho e não apenas o emprego assalariado como meio para a construção da cidadania. Substantiva parte dos direitos sociais na região, assim como na Europa, foram criados para a mão de obra assalariada através de contratos permanentes, entretanto a sociedade salarial não se completou na maioria dos países da região, e essa relação contratual e forma de trabalho, embora majoritária, perde predominância neste final de século

Posto isso, a construção de uma sociedade mais igualitária e incluyente na América Latina e a consolidação de instrumentos redistributivos de renda implicam caminhar para definir agendas políticas e rol de intervenções nos diferentes níveis de governo com objetivos de definir juridicamente todas formas de trabalho alternativas ao contrato permanente e suas relações com o Sistema de Seguridade Social.

Quadro 1 – Indicadores Macroeconômicos, 1990-0999

Países/Anos	Variação (% a.a.)		Investimento estrangeiro		Inflação	NFSP ⁽¹⁾
	PIB	PIB/capta	% PIB	1995=100	% a. a.	(%PIB)
BRASIL						
1990	-4,7	-6,3	21,3	i.nd.	1584,2	1,4
1991	1,0	-0,6	20,2	2,56	475,8	-0,2
1992	-0,3	-1,8	18,9	55,37	1149,1	-1,8
1993	4,5	3,0	19,2	23,03	2489,1	-0,8
1994	6,2	4,7	20,3	58,56	929,3	1,1
1995	4,2	2,7	20,5	100,00	22,0	-7,2
1996	2,9	1,4	20,3	335,71	9,1	-5,9
1997	3,8	2,4	21,3	535,48	4,3	-6,1
1998	0,0	1,1	20,8	840,06	2,5	-8,0
1999	0,5	-0,9	i.n.d	762,69	8,0	-9,0
1981-90	1,3	-0,7	i.n.d	i.n.d	...	i.n.d
1991-99	2,5	1,0	i.n.d	i.n.d
MÉXICO						
1990	5,1	3,1	19,0	i.n.d	29,9	-2,8
1991	4,2	2,3	20,3	49,8	18,9	3,3
1992	3,7	1,7	21,9	46,1	11,9	1,6
1993	1,7	0,1	20,8	46,1	8,0	0,7
1994	4,6	2,6	21,6	113,3	7,1	-0,3
1995	-6,2	-7,8	16,2	100,0	52,1	-0,2
1996	5,2	3,3	18,0	96,4	27,7	-0,1
1997	6,8	5,0	20,6	134,7	15,7	-0,6
1998	4,9	3,1	21,8	107,5	18,6	-1,2
1999	3,5	1,8	i.n.d	115,5	13,9	-1,3
1981-90	1,8	-0,3	i.n.d	i.n.d	...	i.n.d

Maria Cristina Cacciamali

1991-99	3,1	1,3	i.n.d	i.n.d
---------	-----	-----	-------	-----	-----	-------

(¹) NFSP: Necessidade de Financiamento do Setor Público
Fonte: Elaborado pela autora a partir de CEPAL, 2000.

Quadro 2 – Dívida externa e juros, Brasil e México, 1991-1999

Países/Anos	Dívida externa/ exportações em %	Juros/exportações em %
Brasil		
1991	354,7	27,2
1992	340,9	20,8
1993	334,3	21,8
1994	302,6	17,9
1995	302,5	21,9
1996	342,7	25,3
1997	338,0	26,0
1998	413,8	30,5
1999	441,2	34,6
México		
1990		
1991	226,1	18,0
1992	211,9	17,5
1993	214,5	18,3
1994	199,8	17,9
1995	190,2	16,1
1996	152,9	12,5
1997	125,6	10,2
1998	124,6	10,3
1999	108,9	8,8

Fonte: CEPAL, 2000

Quadro 3 – Indicadores do setor externo, Brasil e México, 1997-1999

	Balanças – US\$ milhão			Importação bens – FOB 1995=100	Exportação Bens – FOB 1995=100
	Comercial	C. Corrente	Pagamentos		
Brasil					
1997	-15.963	-30.493	-7.907	120,5	114,4
1998	-15.642	-33.825	-17.293	116,3	110,0
1999	-8.180	-25.260	-13.150	99,2	101,8
México					
1997	-593	-7.454	13.997	151,6	138,8
1998	-8.472	-15.957	3.210	173,0	147,7
1999	-6.320	-13.750	-440	194,8	171,3

Fonte: Elaborada pela autora a partir de CEPAL, 2000.

Quadro 4 . Taxas de desemprego e participação urbana e evolução do salário real na indústria

Países/Anos	Desemprego %	Participação Urbana %	Salário real industrial 1980=100
Brasil			
1990	4,3	63,8	96,7
1991	4,8	61,1	90,9
1992	5,8	59,5	98,3
1993	5,4	58,7	108,7
1994	5,1	59,3	113,4
1995	4,6	59,3	124,2
1996	5,4	59,6	128,4
1997	5,7	58,5	132,9
1998	7,6	58,2	135,7
1999	7,7	56,9	i.n.d
MÉXICO			
1990	2,7	51,8	59,6
1991	2,7	53,3	61,9
1992	2,8	53,8	67,6
1993	3,4	55,2	69,6
1994	3,7	54,7	71,9
1995	6,2	55	62,1
1996	5,5	55,4	54,9
1997	3,7	56,2	54,8
1998	3,2	56,6	56,2
1999	2,6	55,6	i.n.d

Fonte: Elaborada pela autora a partir de CEPAL(2000) e OIT (2000).

Quadro 5 . Composição da ocupação segundo setores de atividade

Setores	Brasil			México		
	1999	1997	variação	1990	1997	variação
TOTAL	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0
BENS	28,6	25,9	-2,7	30,1	27,1	-3,0
MANUFATURA	20,9	17,4	-3,5	25,0	26,5	1,5
CONSTRUÇÃO	7,7	8,5	0,8	5,1	0,6	-4,5
SERVIÇOS	71,0	73,8	2,8	69,9	72,9	3,0
COMÉRCIO	21,7	22,9	1,2	26,0	27,0	1,0
TRANSPORTE	5,1	5,3	0,2	5,6	6,2	0,6
FINANCEIROS	3,3	2,0	-1,3	5,9	2,4	-3,5
PESS&SOCIAIS	40,9	43,6	2,7	32,4	37,3	4,9
N.ESPECIFICADO	0,4	0,3	-0,1	0,0	0,0	0,0

Fonte: Elaborada pela autora a partir de OIT, 2000.

Quadro 6 – Composição da ocupação segundo forma de participação na produção e contribuição para a seguridade social, Brasil e México, 1990-1998

	Brasil		México	
	1990	1999	1990	1999
Setor Informal	40,6	46,7	47,5	49,5
Autônômos	20,3	23,2	25,0	24,9
Serviço Doméstico	6,8	9,5	5,1	4,8
Micro-empresário	13,5	14,0	17,4	19,8
Setor Formal	59,4	53,3	52,5	50,4
Setor Público	11,0	9,3	25,5	21,8
Setor Privado	48,4	44,0	27,0	28,6

Assalariados que contribuem para a Seguridade Social	74,0	66,8	58,5	56,2
Setor Formal	86,1	81,1	72,9	73,9
Setor Informal	38,7	34,5	12,7	8,2
Serviço Doméstico	24,9	24,9	4,2	0,8
Micro-empresa	45,8	41,0	15,3	10,0

Fonte: elaborada pela autora a partir de OIT, 2000

Quadro 7 – Nível e distribuição de renda urbana das famílias , Brasil e México, 1979-1998, 1984-1998

	Renda média (¹)	Gini 1979-98	Mais pobres		Mais ricos	Coef (²)	% (³)
			25%	40%	10%		
Brasil							
1984	3,3	0,4	5,6	11,8	39,1	13,3	74
1990	3,3	0,5	4,7	10,3	41,8	16,3	76
1993	3,2	0,5	5,4	11,5	43,2	15,6	76
1996	4,5	0,5	4,9	10,5	44,3	16,8	77
México							
1984	2,3	0,3	10,5	20,1	25,8	5,1	70
1989	2,5	0,4	8,5	16,0	36,9	9,1	75
1994	2,8	0,4	9,0	16,8	34,3	8,2	74
1996	2,2	0,4	9,4	17,6	33,7	7,7	73
1998	2,7	0,4	9,0	17,2	34,8	8,1	75

Maria Cristina Cacciamali

(¹) renda média mensal per capita das famílias indicada em unidades da linha de pobreza *per capita*.

(²) renda dos 10% mais ricos do meio urbano sobre a renda dos 40% mais pobres

(³) % das famílias com renda abaixo da média

Fonte: Elaborada pela autora a partir de CEPAL, 2000 (a)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBAN, M., *Crescimento sem emprego: o desenvolvimento capitalista e suas crises contemporâneas à luz das revoluções tecnológicas*. Salvador: Casa da Qualidade Editora, 1999.
- BELLUZZO, L.G., "Dinheiro e as transfigurações da riqueza". IN: TAVARES, M.C. E FIORI, J.L., *Poder e dinheiro*, Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- BOURDIEU, P., "Cette Utopie, en voie de réalisation, d'une exploitation sans limite", *Le Monde*, 1998.
- BOYER, R., *La flexibilité du travail en Europe*, Paris: La Découverte, 1987.
- _____, *La théorie de la régulation: une analyse critique*, Paris: La Découverte, 1986.
- BRONSTEIN, A. S., "Reforma laboral en América Latina, entre garantismo y flexibilidad", *Revista Internacional del Trabajo*, vol.116, n.1, 1997.
- CACCIAMALI, M.C. & JOSÉ-SILVA, F., "Mais informalidade, menos cidadania. Considerações sobre esse círculo vicioso na América Latina". IN: *Brasil – 500 anos: Desafios do Próximo Milênio*, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000. (No Prelo).
- CACCIAMALI, M.C., "Reform and labor market adjustment in Argentina and Brazil", *Carta Internacional*, vol. 8, n.93, p.8-12, 2000.
- _____, "Dégénérescence du droit du travail est ajustement sur le marché du travail au Brésil dans les années 1990.", *Cahiers des Amériques Latines*, n° 31, 1999, p. 105 – 126.
- _____. *Mudanças estruturais no produto e no emprego. Brasil 1950-1985*. Tese de Livre-Docência apresentada na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo: FEA/USP, 1988.
- _____. "Assalariamento ilegal no mercado de trabalho urbano da Grande São Paulo: características e evolução, 1985-1992". IN: FIGUEREDO, J.B. (compilador), *Las instituciones laborales frente a los cambios en América Latina*, Genebra: Instituto Internacional de Estudios Laborales, p. 219-233, 1996.
- _____. "Expansão do mercado de trabalho não regulamentado e setor informal no Brasil". *Estudos Econômicos*, vol.19, número especial, 1989.
- _____. "Setor informal e formas de participação: o caso do Município de São Paulo". *Estudos Econômicos*, n.3, vol.13, São Paulo, 1983, p. 607-627.
- _____. *O setor informal e formas de participação na produção*, São Paulo: Editora IPE, 1983.

Maria Cristina Cacciamali

- CACCIAMALI, M.C. E L. L. BEZERRA. "Produtividade e emprego industrial no Brasil". *Revista Brasileira de Economia*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, vol.50, n. 1, p.77-91, 1997.
- CANACO, *Economia informal: el comercio ambulante en la ciudad de México*, México, D.F.: Canaco, 1988.
- CASTEL R., *As metamorfoses da questão sócia. Uma crônica do salário*, São Paulo: Editora Vozes, 1998.
- CLAVIJO, F. & VALDIVIESO, S, *Reformas estructurales y política macroeconómica: el caso de México 1982-1999*, Santiago de Chile: CEPAL, 2000.
- COTTA, A., *Dicionário de Economia*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.
- CEPAL, *Estudios económicos de América Latina y Caribe*, Santiago do Chile: CEPAL 1998, a.
- _____ *Estudios económicos de América Latina y Caribe*, Santiago do Chile: CEPAL, 2000 (a).
- _____ *Panorama social de America Latina*, Santiago do Chile: CEPAL, 1998, b.
- _____ *Panorama social de America Latina*, Santiago do Chile: CEPAL, 1999.
- _____ *Panorama social de America Latina*, Santiago do Chile: CEPAL, 2000.
- DIEESE, *Inovações tecnológicas e ação sindical frente à reestruturação produtiva no Estado de São Paulo*, Santiago do Chile: OIT, 1995.
- DANZIGER S. & GOTTSALK, P., *Uneven tides: rising inequality in America*, New York: Russel Sage Foundation, 1993.
- ESPING-ANDERSEN, *The three worlds of welfare capitalism*, Princenton: Princenton University Press, 1990
- FIORI, J.L., *Poder e dinheiro*, Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- FREEMAN, C. *Unemployment and technical innovation*, London: Frances Pinter, 1982.
- FREYSSINET, J., HUSSON, M., JOLIVET,A., TUCHSZIRER,C.,*Le marché du travail en Europe* ,Paris: La Découverte, 2000.
- GALIN, P. E FELDMAN,S. "Sistema de información sobre el empleo no registrado en los países del MERCOSUR", *Oficina de la OIT*, n.52, Buenos Aires: OIT, 1997.
- GALIN, P., "Empleo no registrado en el MERCOSUR y las políticas para reducirlo", *Oficina de la OIT*, n.61, Buenos Aires: OIT, 1998.

- GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*, São Paulo: Editora da UNESP, 1991.
- GILLION, C. ET ALLI, *Social security pensions: development and reform*, Genebra: OIT, 2000.
- GUTIERREZ,, G.E., *La crisis del Estado de bienestar*, México, D.F.: Siglo XXI, 1988.
- HIRATA, H., "Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero", *Revista Latino-Americana de Estudos dell Trabajo*, ano 4, n.7, 1998, p.5-27.
- HOBSBAWM, E. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1989*. São Paulo: Editora Schwarcz, 1995.
- HOLEMAN, R. *Le chômage.Mechanismes économiques,conséquences sociales et humaines*, Paris: La documentation française, 1997.
- INEGI, *Encuesta nacional de economia informal*, 1990.
- LAUTIER, B., *L' économie informelle dans le tiers monde*, Paris: La Découverte, 1994.
- _____, "Les politiques sociales au Mexique et au Brésil: l'assurance, l'assistance, l' absence", *Mondialization économique et gouvernement des sociétés: L'Amérique latine, un laboratoire?*, Colóque organanisé par le GREITD, PIRD et les Universités de Paris I (CRI-IEDES), Paris 8 et Paris 13, Paris, junho de 2000.
- _____, "Fixation restreinte dans le salariat, secteur informel e politique d'emploi en Amérique Latine", *Revue Tiers-Monde*, vol.XXVIII, n.110, 1987, p. 345-367.
- LEE, E. "Globalization and employment: is anxiety justified?", *International Labour Review*, vol. 135, n.6, 1996.
- LEON, FRANCISCO, "Trabajo y trabajadores en los modelos económicos emergentes", apresentado no Seminário Internacional: *Brasil, 500 anos: desafios para o próximo milênio*, Pontificia Universidade Católica de São Paulo, 23 a 26 de agosto de 1999, São Paulo, Brasil.
- FIBGE, *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* Rio de Janeiro, diversos anos.
- KON, A., BANKO, C., MELCHER, D. E CACCIAMALI, M.C., *Costos sociales de las reformas neo-liberales en América latina*, Venezuela: PUC-SP/UCVe/PROLAM-USP, 2000
- MARQUES-PEREIRA, J. THÉRET, B., " Mediations institutionnelles de la regulation sociale et dynamiques macro-economiques", *Foro Internacional*, Colegio de Mexico, 2000.

Maria Cristina Cacciamali

- MARQUES-PEREIRA, J., "Crisis financière et régulation politique en Amérique Latine", IN: KON, A., BANKO, C., MELCHER, D. E CACCIAMALI, M.C., *Costos sociales de las reformas neo-liberales en América latina*, Venezuela: PUC-SP/UCVe/PROLAM-USP, 2000.
- MARQUEZ, P.C., *La ocupación informal urbana en México: un enfoque regional*, México, D.F.: ILET, 1988
- OIT, *El Empleo en el Mundo. Las Políticas Nacionales en la Era de la Mundialización*, Ginebra, OIT, 1996.
- _____, 15ª. *Conferência de estatísticas do trabalho*, Ginebra, janeiro de 1993.
- _____, *Panorama laboral '98*, Peru: OIT, 1998.
- _____, *Panorama laboral '98*, Peru: OIT, 1999.
- _____, *Panorama laboral '98*, Peru: OIT, 2000 (a).
- _____, <http://www.ilolim.org.pe/>, 10 de outubro de 2000.
- OZAKI, M., *Negociar la flexibilidad: función de los interlocutores sociales y del Estado*. Ginebra: OIT, 1999.,
- PORTES, A., "La informalidad como parte integral de la economía moderna y no como indicador de atraso", *Estúdios Sociológicos*, n.16, maio-agosto, 1989.
- PNUD, *Relatório de desenvolvimento humano*, <http://www.undp.org>, 20 de novembro de 2000.
- RODGERS, G. & RODGERS, J., *Precarious jobs in labour market regulation*, Geneva: International Institute for Labour Studies/Free University of Brussel, 1989.
- REYNA, J.L., *América Latina a fines de siglo*, México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1995.
- SEN, A., *Desenvolvimento como liberdade*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA FILHO ET ALLI (ORGANIZADORES), *A danação do trabalho: organização do trabalho e sofrimento psíquico*, São Paulo: Te Corá, 1997.
- SOBERÓN, F.S. & VILLAGÓMEZ, A. F., *La seguridad social en México*, México, D.F.:Fondo de Cultura Económica, 2000.
- SORIA, V. M., "Crecimiento económico y desarrollo de la seguridad social en Brasil y México", *Economía: Teoría y Práctica*, Nueva Época, No. 5, p. 39-60, 1995.
- _____, "La flexibilización del mercado de trabajo y de la protección social en Brasil y México, en un contexto de ajuste económico e

integración regional", Seminario *Mundialização e Institucionalidade do Trabalho na América Latina*, São Paulo, PROLAM, Agosto de 1999.

_____, *Crecimiento económico, crisis estructural y evolución de la pobreza em México*, México: Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Iztapalapa, 2000:

_____, "Acumulación por exportaciones, flexibilización de la relación salarial y distribución del ingreso en Brasil y México", IN: KON, A., BANKO, C., MELCHER, D. E CACCIAMALI, M.C., *Costos sociales de las reformas neo-liberales en América latina*, Venezuela: PUC-SP/UCVe/PROLAM-USP, 2000.

TAVARES, M.C. E MELIN, L. E. "Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana" . IN: TAVARES, M.C. E FIORI, J.L., *Poder e dinheiro*, Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

TAVARES, M.C., "A retomada da hegemonia norte-americana". IN: TAVARES, M.C. E

TOKMAN, V. E MARTINEZ, D., *Flexibilización en el margen: la reforma del contrato de trabajo*, Peru: Organización Internacional del Trabajo, 1999.

TOKMAN, V.E. "La especificidad y generalidad del problema del empleo en el contexto de América Latina". IN: Beccaria, L. E Lopez, N., *Sin trabajo. Las características del desempleo y sus efectos en la sociedad argentina*, Buenos Aires: UNICEF, 1996.

TOLEDO, E. de la G., "La flexibilidad del trabajo en América Latina", *Revista Latino-americana de Estudios del Trabajo*, año 3, n.5, 1997.

VIERA, L. *Cidadania e Globalização*, Rio de Janeiro: Editora Record, 1997.

WHITE, M. (Editor), *Unemployment and public policy in a changing labour market*, London: PSI, 1994.